

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**RADIO 88.1 - RESTINGA FM:
A RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COMO MOVIMENTO SOCIAL:**

Nola Patrícia Gamalho

Álvaro Luiz Heidrich

Boletim Gaúcho de Geografia, 31: 165-181, out., 2006.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37462/24212>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



**Portal de Periódicos
UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 2006

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

RADIO 88.1 - RESTINGA FM: A RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COMO MOVIMENTO SOCIAL:¹

Nola Patrícia Gamalho²

Álvaro Luiz Heidrich³

Resumo

O presente artigo discute algumas situações vivenciadas na sociedade atual e espacializadas no Bairro Restinga. Parte do desenvolvimento desigual do solo urbano, para a compreensão das dinâmicas de segregação sócio-espacial e os processos de alienação do cidadão no que corresponde a sua mutação para consumidor e espectador dos fatos. A partir desta estrutura, tem-se a formação de uma multiplicidade de referenciais na constituição da identidade do morador, sendo fator unificador, sua posição marginal, ou seja, o território. Os laços territoriais desenvolvidos entre morador e bairro formam o substrato para a constituição da radiodifusão comunitária na formação de um espaço público democrático. Tem-se então o contraponto a mídia hegemônica, assim como a crítica a mesma.

Palavras-chaves: Segregação sócio-espacial – Território – Identidade Territorial – Poder – Mídia – Radiodifusão comunitária.

RADIO 88,1 - RESTINGA FM: COMMUNITARY BROADCASTING AS SOCIAL MOVEMENT

Abstract

The subject of this research is to think about some social experiences specially those which concern Restinga. This reflection starts with urban unequal development as a way to understand social-spatial segregation dynamics and citizen alienation processes, which than people in to consumers and facts spectators. From this structure, we can see the multiple references of identity construction, specially considering the marginal situation of Restinga residents. Territorial links which were grown between neighbors and Restinga are the foundation to conform communitarian. broadcasting Into a democratic public space, acting as a counterpoint to hegemonic media as well as its own criticism.

¹ Este artigo foi elaborado a partir de minha monografia, apresentada em julho de 2005, com o título: Movimento social, identidade e espaço público na periferia urbana: a radiodifusão comunitária no Bairro Restinga, sob orientação do Professor Doutor Álvaro Luiz Heidrich.

² Bacharel em Geografia e graduanda no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – e-mail: npg@pop.com.br

³ Professor Doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – e-mail: alvaro.lh@terra.com.br

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	N.º 31	P. 165-181	OUT. 2006
-----------------------------------	--------------	--------	------------	-----------

Key words: *social-spatial segregation, territory, territorial identity, power, mídia, communitarian broadcasting.*

1. Introdução

A globalização constitui-se como um processo bastante polêmico, ao mesmo tempo em que conduz a uma homogeneização dos espaços, também contribui para a configuração de um processo contrário: o de resistência. A intensificação das desigualdades sociais e, conseqüentemente espaciais, aliada à mediação exercida pelo capital e pela mídia conduz à alienação do indivíduo no que concerne a seu papel social de cidadão. Este passa a atuar como consumidor, ouvinte, telespectador, cliente, entre outros.

A partir desta perspectiva, vê-se a necessidade de refletir acerca das dinâmicas constituintes no espaço, pois em virtude destas, tem-se ou fortalecimento da concepção de cidadão, ou sua transformação à condição de mero consumidor ou espectador dos fatos. Esta situação agrava-se ao observar-se que cada indivíduo é valorizado diferencialmente quanto o local que ocupa no espaço. Contudo, este processo pode contribuir na formação de espaços sócio-culturais plurais, mediados por construções simbólicas distintas.

De acordo com Semprini (1999, p. 125): “O conflito pela posse de riquezas ou de meios de produção – as duas alavancas tradicionais do poder no espaço social – é progressivamente substituído por uma guerra pelo controle dos símbolos e dos mecanismos que garantam a referência”. Atualmente um importante mecanismo de controle e manipulação da sociedade é a mídia. Daí a relevância na constituição da radiodifusão comunitária, canal através do qual os múltiplos sujeitos produtores do espaço tem a oportunidade de se fazer perceber, pois afirma Santos (1998, p.92):

(...) a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada. Dispondo da exclusividade dos canais de difusão, os responsáveis pela informação descem até os indivíduos, ao passo que estes não podem fazer subir suas aspirações até eles. Essa desigualdade é tanto econômica e social quanto geográfica.

A partir destes aspectos, é possível identificar o Bairro Restinga – localizado na zona Sul de Porto Alegre – como um produto e um contraponto aos processos homogeneizantes da globalização e da mídia. O bairro apresenta uma proliferação de movimentos sociais (como o Comitê de Resistência Popular, Movimento Hip-Hop, Grafite), que se apresentam como formas de resistência. Entre eles cabe destacar a radiodifusão comunitária: uma nova forma de reconstituir o espaço público do diálogo.

2. A informação nas novas configurações dos espaços público e privado

Constitui uma reflexão essencial a importância que a mídia adquiriu na sociedade contemporânea. O domínio da informação apresenta-se como um trunfo do poder (Raffestin,

1993), pois participa nas transformações espaciais e conseqüentemente nas relações entre os indivíduos e nas novas construções simbólicas. É necessário refletir quanto à importância deste trunfo, assim como, quem o detém e, para que finalidade. Neste sentido, vê-se a necessidade da retomada dos conceitos de esfera pública e privada agora, sob a influência da mídia.

A esfera pública é o espaço do diálogo, da troca de informação, um lugar comum a todos, como pode ser observado em Cortes 2002: “(...) mediante a prática do diálogo, esta permite a construção de referências cognitivas e valorativas que por sua vez articulam os homens numa trama possibilitando a criação de um horizonte comum de interlocução possível”. A esfera pública possibilita o compartilhamento da palavra, ou seja, a transformação do indivíduo em ser político. Por apresentar-se como um espaço de troca, a esfera pública assumiu a função de desenvolver a subjetividade e a função crítica de seus atores. Neste sentido, o indivíduo não é mero observador ou espectador, mas sim sujeito ativo e crítico

Já o espaço privado, é o lugar da intimidade, da família. De acordo com Arendt (1999, p.81), “(...) as quatro paredes da propriedade particular de uma pessoa oferecem o único refúgio seguro contra o mundo público – (...) contra a sua própria publicidade, contra o fato de ser visto e ouvido”. Na origem do conceito de *privado* tinha-se sua relação com *privação*, ou seja, privar alguém de algo. Contudo, este conceito passou por mutações, havendo uma maior valorização do individualismo como oposição ao coletivismo. No entanto, em função da mídia e seu domínio da informação, vem ocorrendo variações entre o público e o privado.

O privado vem se tornando público, pois as transmissões feitas pela mídia são realizadas no espaço privado, mas tem como finalidade à abrangência pública. Em contrapartida, o público tornou-se privado, porque a notícia que tem caráter de ser pública, tem sua recepção no espaço privado, o lar. O que deveria ser coletivo, tornou-se individual devido à separação entre a comunicação e a ação política, pois o indivíduo politicamente ativo, tornou-se um receptor passivo. Neste contexto, a mídia torna-se a mediadora da informação, não sendo mais necessário à presença física dos sujeitos para dar conotação de cenário público.

Os meios de comunicação alcançaram um poder sem precedentes, influenciando tanto o cotidiano e as referências das pessoas quanto às configurações dos espaços. O monopólio e a manipulação da notícia contribuem na formação de uma visão alterada e limitada do mundo. A informação transformada em notícia metamorfoseia o cidadão em simples espectador de fatos.

A finalidade de informar – a qual deveria ser a prioridade - está sendo relegada pela de entreter. O compromisso da imprensa com a informação praticamente inexistente. Esta vem servindo aos interesses dos grandes negócios privados, defendendo as instâncias estratégicas e econômicas de alguns grupos privados. Tudo isto porque a capacidade de determinar, dirigir, selecionar informação pode transformar-se numa fonte de poder.

Para tanto, a mídia desenvolveu estratégias, como uma forma própria de linguagem, uso do lúdico, do emocional, configurando códigos e significados para a produção de uma significância comum à maioria dos espectadores. A comunicação é um campo de luta, cujo intuito das frases de efeito é causar reações rápidas e uniformes. Nesta luta por poder, os grupos subordinados conseguem peso somente quando adquirem a capacidade de fazer parte de um novo espaço público midiático.

Assim, pode-se pensar nas rádios comunitárias como uma retomada do espaço público do diálogo – não mais o monólogo da mídia dominante. A rádio comunitária contribui para o retorno do cidadão na construção da base de opinião pública, transformando o espaço comunicacional em um campo social de discussões, como pode ser observado em Gohn citado por Cardoso (1998, p.8):

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas, as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram.

Contudo, há uma profusão de termos, imbuídos de significados, que quando usados pelos diferentes segmentos sociais ou institucionais, (como a ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão ou a AMARC – Associação Mundial das Rádios Comunitárias) assumem características diversas. Falar em rádio pirata, livre e comunitária, mesmo sendo muito semelhantes, e em alguns casos denominando a mesma coisa, ainda assim, adquirem significados diversos conforme quem fala. Contudo, de acordo com a lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, art. 1º :

Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

De acordo com esta lei, as rádios comunitárias devem ser organizadas e dirigidas pela comunidade a qual pertencem. Não podem ter fins lucrativos, ou seja, a comercialização de seus espaços ocorre apenas na forma de patrocínios culturais de estabelecimentos locais. Já as rádios comerciais são instituições com fins lucrativos, regidas pelas “normas” do capital. Estas rádios reproduzem apenas as vozes do poder. “Em termos estruturais, mídias como o rádio e a televisão representam, no Brasil, a convergência de interesses do aparelho estatal, das redes de distribuição, do sistema publicitário e da indústria fonográfica (...)”(MACHADO et al, 1986, p.16). Portanto, constitui-se em um diálogo de “uma só via”, onde os indivíduos atuam apenas como ouvintes, espectadores e consumidores.

Diferente da mídia comercial, na comunitária há a valoração e incentivo a produção de manifestações culturais do local. Prioriza-se o compromisso com a educação na formação do

indivíduo como cidadão, a programação deve promover a construção de um espaço democrático e democratizador. “A rádio popular ou comunitária fala dos interesses do povo; deve comunicar a vida do povo; mobilizar as comunidades para ações comunitárias; entreter o povo e promover valores artísticos e culturais” (COGO, 1998, p.105).

Tem o compromisso de representar os segmentos sociais, culturais e étnicos da comunidade. Sua programação deve ser diversificada acompanhando as aspirações individuais. Já as rádios comerciais “(...) que, por força de suas ambições hegemônicas, só podem se dirigir à mídia diferenciada e amorfa dos cidadãos abstratos” (MACHADO et al, 1986, p.21).

Existem muitas rádios de cunho comunitário –legais ou não -, entre elas a Rádio Restinga FM. Seu surgimento se deu em um bairro com um contexto bastante singular. A Restinga é um produto de políticas públicas que promovem a segregação espacial. Contudo, a pluralidade sócio-cultural, a localização e as dificuldades compartilhadas pelos moradores contribuíram para o fortalecimento da relação do morador com o seu bairro.

3. Bairro Restinga: palco de múltiplos movimentos sociais

O Bairro Restinga configura-se como um espaço estrategicamente importante. É um dos maiores bairros de Porto Alegre tanto em tamanho, (são 2.149ha) quanto em população (50 mil habitantes segundo o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- e mais de 100 mil segundo os próprios moradores). Sua origem está relacionada com o deslocamento de segmentos carentes que ocupavam áreas próximas ao centro da cidade.

O bairro é produto da valorização desigual do solo urbano e conseqüentemente a configuração de áreas caracterizada pela segregação sócio-espacial. No entanto, estes processos contribuíram para a organização social dos moradores e, conseqüentemente a formação de uma identidade vinculada ao espaço, culminando com a intensa proliferação de movimentos sociais.

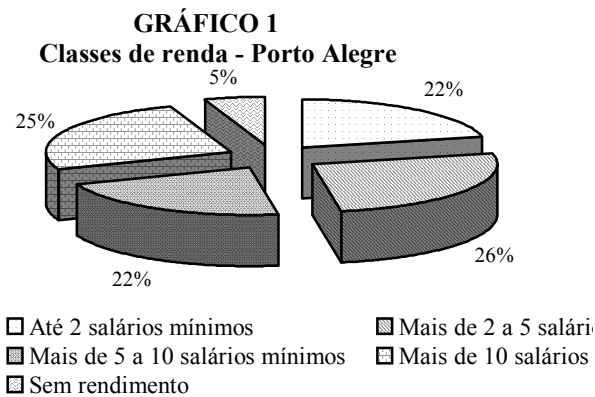
Sua origem data de 1967 quando o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) adquiriu a área para reassentar os moradores de diversas vilas próximas ao centro, como a Ilhota, Teodora, Santa Luzia e Marítimos. Nestas vilas proliferavam famílias pobres e habitações precárias. Objetivava-se acabar com estas habitações e revitalizar a área central. Para tanto, a prefeitura promoveu o Plano Municipal de Recuperação das Populações Marginalizadas. A campanha tinha como lema: remover para promover.

O *promover* do lema era para qual parcela da população? Com certeza não foi para esta, que se deslocou para um bairro distante 22 Km do centro. O morador leva aproximadamente uma hora para o deslocamento do bairro ao centro pelo transporte público. Não havia sistema de saneamento básico nem eletricidade. O transporte era precário, pois havia apenas um ônibus que

saía às cinco horas para retornar às 18 horas. Culminou por ser um ato de violência, como podemos observar no depoimento abaixo:

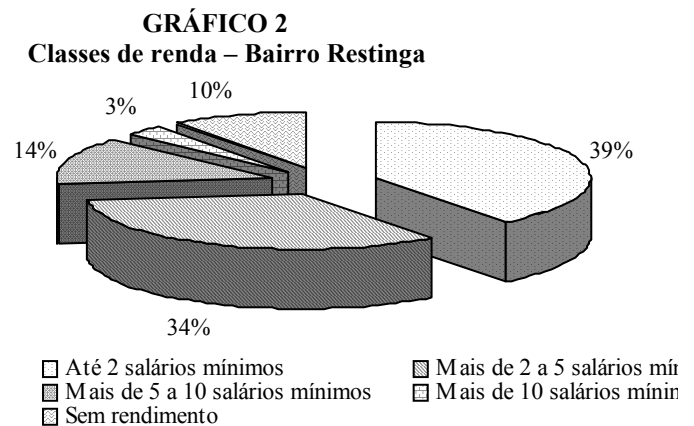
Nós estávamos lá na Ilhota, lá perto da Praça Garibaldi, do Centro (...) Foi de lá que eles nos trouxeram nessa época. Chegaram nos largaram e depois de duas semanas eles vieram para levantar a casinha. Nós estávamos numa barraquinha e nós viemos num caminhão da prefeitura (...) Eles avisaram que todos viriam para cá e quando nós viemos, eles chegaram (...) disseram que nós éramos obrigados a vir porque tinham que entregar as terras para fazerem escritórios (...) No começo, quando eu vim para cá, eu ia trabalhar, me sentava na Praça Garibaldi e ali eu chorava que nem sei, para não vir embora para casa (...).⁴

O Bairro, como consequência do parcelamento desigual do solo urbano, apresenta índices de escolaridade e renda bastante inferiores à média da cidade. Os moradores pertencem historicamente, em sua maioria, a uma fração da sociedade que não tinha alternativa se não o deslocamento. Portanto destoam da média em Porto Alegre, sendo possível sua observação pela análise das classes conforme os gráficos. 1 e 2.



Fonte IBGE, censo de 2000.

Fonte IBGE, censo de 2000.



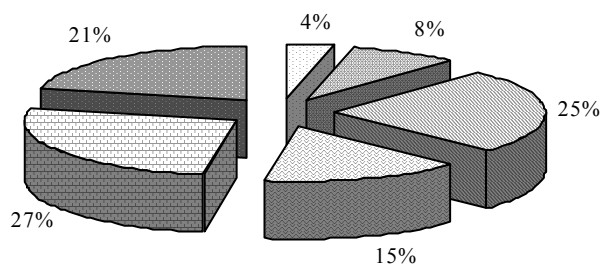
Enquanto que Porto Alegre possui uma considerável concentração populacional na faixa de mais de 10 salários mínimos (são 25%), a Restinga possui sua maior fração na faixa de até dois salários mínimos (são 39%). Os valores são bastante contrastantes, apenas 3% dos moradores do bairro recebem mais de 10 salários mínimos, enquanto que a média da cidade é de 25% para esta mesma variável. Já o percentual sem rendimento é muito mais significativo no bairro - são 10%, o dobro da média da cidade - 5%. Confirma-se que o espaço é dividido conforme o poder aquisitivo do indivíduo, seu poder de consumir este ou aquele produto (por exemplo, o solo urbano).

Outro indicativo relevante na caracterização sócio-econômica é o relativo à educação. Conforme os gráficos 3 e 4, Porto Alegre apresenta-se de forma relativamente homogênea, com valores altos para o ensino fundamental, médio e superior. A parcela sem instrução é

Depoimento de Márcia Eloirdes da Rosa, uma moradora do Bairro Restinga. Material coletado no livro Memória dos Bairros produzido pela Prefeitura Municipal em 1990.

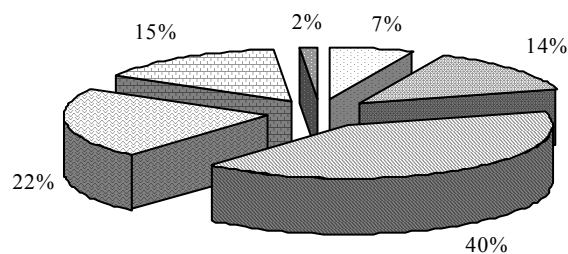
consideravelmente reduzida (4%), comparando-se com a parcela que possui mais de 15 anos de estudo (21%).

GRÁFICO 3
População de Porto Alegre por anos de estudo



□ Sem instrução ■ 1 a 3 ■ 4 a 7 ■ 8 a 10 ■ 11 a 14 ■ >15

GRÁFICO 4
População da Restinga por anos de estudo



□ Sem instrução ■ 1 a 3 ■ 4 a 7 ■ 8 a 10 ■ 11 a 14 ■ >15

Fonte: IBGE, censo de 2000.

Fonte: IBGE, censo de 2000.

O gráfico. 4 confirma a diferenciação espacial do bairro com relação a média da cidade, apresentando uma concentração populacional na faixa de quatro a sete anos de estudo (40%) sendo que quatro correspondem aproximadamente à 4ª série do ensino fundamental e sete a 7ª série do ensino fundamental. A cidade possui uma concentração de 21% dos moradores na categoria com mais de 15 anos de estudo, já o bairro possui apenas 2% nesta mesma categoria.

É possível aqui relacionar o nível de renda com o de instrução. Ambos fazem parte da divisão técnica e social do trabalho e, conseqüentemente, da divisão social do espaço. Onde há maior concentração de renda, conseqüentemente há maior concentração de instrução, com percentual alto inclusive para o ensino superior.

Contudo, as dificuldades encontradas consolidaram os moradores em organizações sociais levando-os a reivindicar por melhores condições, como o saneamento e o transporte público. "A integração e a segmentação social, aqui fazem parte da mesma realidade" (HEIDRICH, 2004, p.43). Como resultado, há uma multiplicidade de formas de manifestação, como nas mensagens passadas através do grafite, as letras do Hip-Hop, assim como outras formas de protesto, tais como as barricadas e passeatas.

Seguidamente o cidadão se percebe impotente frente à força do capital. Estes movimentos voltados para as questões espaciais fragmentam esta homogeneidade, formando uma identidade contrária, de resistência tendo seu referencial no espaço habitado e conseqüentemente na formação desta identidade peculiar.

Pensar as transformações no espaço exige uma compreensão de suas dinâmicas. Estas ocorrem como estando em cadeia, na qual uma transformação leva à outra. Neste sentido as características da população do Bairro Restinga são resultado dos inúmeros processos pelos quais ela passou, culminando na formação territorial e sua identidade correspondente.

O território e suas territorialidades estão presentes em várias escalas espaciais e temporais. Haesbaert (2004), se refere a três vertentes básicas deste conceito: uma política, relacionada às relações de poder; uma cultural que prioriza a dimensão simbólica e subjetiva do espaço; e por fim, uma econômica que enfatiza a questão de recursos. Assim para esta reflexão, são agrupadas estas esferas, entendendo-as a partir de sua indissociabilidade.

Dentro desta perspectiva, o bairro Restinga é percebido como um território alternativo dotado de suas especificidades (cultural, econômica e política) e constituindo um espaço de resistência, onde o cidadão se reconhece a partir dos aspectos físicos constituintes do espaço e das relações ali desenvolvidas.

O território se caracteriza por conter as relações de poder nele travadas. Conforme Raffestin (1993, p 143-4) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e por isso, revela relações de poder”. As relações sociais sempre perpassam por tais disputas. Existem diversos movimentos sociais no bairro, sendo estes imprescindíveis para os novos arranjos espaciais. Tal situação é verificada em Haesbaert (2002, p.15):

Surgem, então, movimentos sociais que tentam impor suas especificidade em diferentes escalas territoriais, desde a cotidiana, no nível do bairro (os “movimentos comunitários”), até a regional (...). Esta configuração de “contra-espacos” dentro das ordens sociais majoritárias (...) é no jogo de contraposições que pode ser dividido e incentivado um novo arranjo espacial.

Conseqüentemente, as relações de poder e de pertencimento relacionadas ao território, culminam na formação de uma identidade peculiar para esta população. Daí se origina a relevância quanto à abordagem relacionada à identidade, pensando-a em concordância com alguns autores pesquisados, como Castells (2001), Hall (1999) e Haesbaert (1999).

Tanto para Castells quanto para Haesbaert, a identidade consiste em um processo de construção de um determinado grupo. Suas manifestações ocorrem em função dos aspectos históricos, geográficos e, das tendências conflitantes da globalização, conseqüentemente, as alterações impostas pela revolução tecnológica, a reestruturação do capitalismo e a formação de uma “sociedade em rede”.

O caráter de resistência existente na construção da identidade do morador do bairro e, congrega indivíduos estigmatizados pelo restante da sociedade. Em virtude da segregação espacial, tem-se uma relação de semelhança e igualdade entre os moradores. Castells entende que uma identidade que começa como sendo de resistência pode transformar-se em outra de projeto.

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 2001, P.23).

O avanço da identidade coletiva constitui um contraponto ao processo de globalização, como uma forma de deter o controle sobre suas vidas. Ainda em Castells (2001 p.27).

A maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. A globalização com a utilização das redes de riqueza, tecnologia e poder, vem alterando as relações no mundo e privando parcelas da sociedade de seus direitos políticos, sociais e econômicos.

E Haesbaert (1999, p.171) conclui que "... a identidade também pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização". Portanto a identidade aqui espacializada no bairro, propõe uma maneira de resistir a indução da horizontalidade dos referências sócio-culturais. Não constitui um processo fechado, e sim dinâmico, dialético, em continua construção / desconstrução. Sua formação não ocorre de forma homogênea, mas sim em estágios sobrepostos sofrendo diversas influências.

Esta construção de identidade aqui tratada se encaixa na identidade territorial, pois "Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto no concreto" (HAESBAERT, 1999, P.178).

A pluralidade na formação da identidade conta com processos inconscientes, ou seja, não é algo inato, ela é formada dia a dia a partir do modo como o indivíduo se percebe, percebe o mundo e se relaciona com o mesmo. No caso aqui tratado, cada indivíduo se reconhece a partir de *si mesmo* e a partir do coletivo, ou seja, de como se desenvolvem as relações sociais das quais ele é sujeito, dadas as influências que emanam das diversas esferas com as quais ele entra em contato.

A Restinga foi criada para esconder parte da pobreza de uma grande cidade que foi, não por escolha própria, localizar-se na periferia da mesma. Seus moradores, portanto encontram-se à margem do modelo econômico, do trabalho e do modelo territorial de políticas públicas. Tem-se então a formação da consciência de suas condições de vida, que os leva a procurar alterar esta situação, participando das decisões no que diz respeito ao planejamento do espaço através dos "veículos" de reivindicação. Haesbaert (2004, p.92) aponta que:

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam

muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados (...).

A necessidade de lutar pelo bairro reforçou o sentimento de apropriação e conquista compartilhado pelos moradores. Esta apropriação se dá tanto nas esferas do simbólico quanto do físico. Sob o ponto de vista do simbólico abrange o campo das idéias e da cultura, conseqüentemente repercutindo nas representações. O bairro se diferencia por seus aspectos culturais, pois há uma pluralidade de fatores que o particularizam. Possui uma “efervescência” cultural, como pode ser observado nos grupos de hip-hop e rap e no grafite.. Há também iniciativas da própria comunidade, como as oficinas, que visam compartilhar uma conhecimentos e contribuir na formação da consciência de cidadão. São realizadas oficinas de grafite, teatro e rádio.

O processo de construção de significados envolve diversas variáveis. A história do despejo e deslocamento são intrínsecos na formação desta identidade territorial. Porém estes processos foram responsáveis pela formação de primeiramente; resistir a algo e, posteriormente, agregar valor a esta luta e conseqüentemente ao espaço.

O identificar-se com o bairro é a variável mais abrangente. Está presente nas diversas facções, como na música de uma de suas escolas de samba – Estado Maior da Restinga -: “Tinga, teu povo te ama”. A comunicação visual também aponta para esta situação, como na iniciativa dos moradores para a construção de um monumento, como pode ser observado na Figura 1, onde a mão fechada corresponde à luta, conquistas e a aberta a busca por proteção, energia e esperança.

FIGURA 1 - monumento da luta popular



FONTE: Nola P. Gamalho, em 30/04/2005.

A identidade vinculada ao território é o ponto em comum entre os moradores. Não é a única forma de identificação, mas é a que comporta todas as demais. Tem-se a constituição de camadas representadas por grupos culturalmente distintos. Alguns convivem harmonicamente promovendo, inclusive atividades em comum. Não há a configuração de uma hierarquia, mas sim de uma pluralidade onde cada segmento se remete a uma fonte de identificação diferente do outro, contudo seguidamente um objeto simbólico (figura 2) pode ser apropriado por segmentos com bases diferentes – étnico, cultural, social.

FIGURA 2 - Muro grafitado



FONTE: Nola P. Gamalho, em 30/04/2005.

O mesmo indivíduo pode transitar por grupos diferentes, ou seja, os diversos segmentos não são necessariamente excludentes. Nesta comunicação há o enriquecimento de ambos. Por exemplo, ao conectar o grafite com a resistência, além da colaboração mútua, há a troca de valores, ideologias, concepções que culminam por transformar ambos segmentos. Nesta dinâmica, os diversos grupos participam na construção/desconstrução do espaço que de acordo com Semprini (1999, p.126) é: “(...) entendido como uma semiosfera, podem-se conceber as fraturas e os diferentes grupos que o compõem como subsemiosferas, sistemas de produção e de circulação de sentidos específicos, participando em graus variáveis da semiosfera geral”.

A partir deste contexto social, tendo como resultado a segregação social, e a constituição de um identificar-se com seu espaço, surgiu então a necessidade de constituir uma forma de comunicação interna. As notícias vinculadas na mídia quanto ao bairro são, em sua maioria, relativas à questão da marginalidade e da violência. Tem-se, portanto, a necessidade de divulgar notícias que não correspondam apenas a estas questões, mas também, com relação aos aspectos culturais, aos eventos promovidos na e da Restinga, assim como os problemas compartilhados

pelos moradores e suas possíveis soluções. Vinculado a estas dinâmicas, surgiu a radiodifusão comunitária do bairro.

4. A radiodifusão comunitária no bairro

Esta forma de comunicação desenvolvida no Bairro Restinga iniciou no início da década de 90 com a rádio poste *Raul Bota Pilha*. Sua atuação estava vinculada às escolas que, em parceria com oficinas de teatro, incentivavam e ensinavam o uso de novas formas de expressão. A parceria se estendia a outras disciplinas ministradas na escola, tais como literatura e história. A iniciativa contou com a colaboração dos pais que auxiliaram na compra do material necessário, como microfone e fio.

A partir de 1993, os habitantes vinculados à radiodifusão fizeram contato com rádios do Rio de Janeiro, a fim de compreender alguns empreendimentos que já haviam obtido êxito. Tinha-se então, dentro de um contexto de movimentação política e cultural, o início da radiodifusão comunitária no bairro. Neste sentido, havia a necessidade de ampliar o alcance do debate público, propiciando que, em setembro de 1998 fosse fundada a Rádio 88.1 Restinga FM. Foi através da cooperação dos diversos segmentos do bairro que, durante a semana da Restinga angariou-se fundos para a aquisição de parte dos equipamentos necessários para o funcionamento da rádio (figura 3).

FIGURA 3 - Sede da Rádio Restinga FM.



FONTE: acervo do morador Alex Pacheco, em 2001.

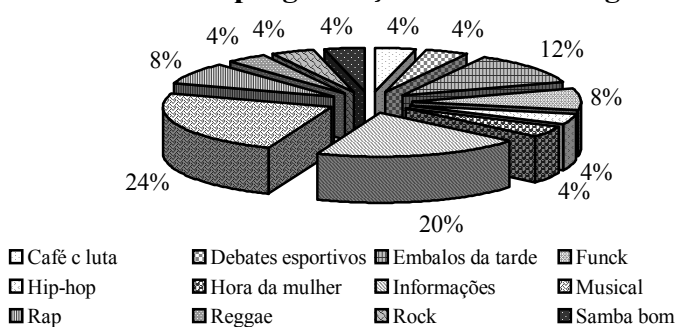
Em 1999, no mês de maio, a Rádio Restinga FM ocupou pela primeira vez, sua frequência modulada – 88.1. A Associação Rádio Cultural e Comunitária da Restinga surgiu com o objetivo de proporcionar um veículo de comunicação do bairro para o bairro, um canal onde o

morador tivesse a possibilidade de se tornar visível. Uma das intenções consistia em transformar os papéis: de receptor, o morador teria a possibilidade de ser um agente ativo da informação.

A rádio apresentou-se com uma boa aceitação⁵ entre os moradores. 55% dos entrevistados afirmou ser ouvinte da rádio durante o período em que funcionou. Contudo, as participações dos moradores nas atividades e programações eram muito reduzidas. Somente 8% dos entrevistados já haviam participado de alguma atividade divulgada pela rádio, como passeatas, barricadas ou eventos culturais e 15% já haviam participado da programação, seja por entrevista ou pedido de música. Apesar das limitações, a programação era bastante diversificada, atendendo aos diversos segmentos daquela população.

GRÁFICO 5

Audiência da programação-Rádio Restinga



FONTE: Levantamento de campo.

A programação musical era a mais escutada, inclusive abrindo espaço para os diferentes segmentos que compõem o bairro – hip-hop, funck e reggae (gráfico 5). Contudo, programas de informação também eram bem aceitos. Dos entrevistados, 20% afirmam que escutavam a programação em função das notícias veiculadas pela rádio. A rádio confirmou-se como um veículo densamente inserido na comunidade.

Os moradores se mostraram conscientização quanto à necessidade deste veículo. Do universo total dos entrevistados, apenas cinco não souberam responder se a rádio é importante ou não para o bairro. Todos os demais a consideram importante. Entre as observações feitas por ouvintes destaca-se a necessidade de um veículo que divulgue as notícias do bairro, assim como incentive o comércio dentro do mesmo. Um ouvinte alertou que a rádio tem a responsabilidade de divulgar notícias diferentes das veiculadas pelas rádios comerciais.

No entanto, o potencial de mobilização que a rádio vinha adquirindo levou a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) em agosto de 2002, a ordenar que a rádio comunitária Restinga FM fosse encerrada, lacrando seu transmissor. Em resposta, os moradores se uniram

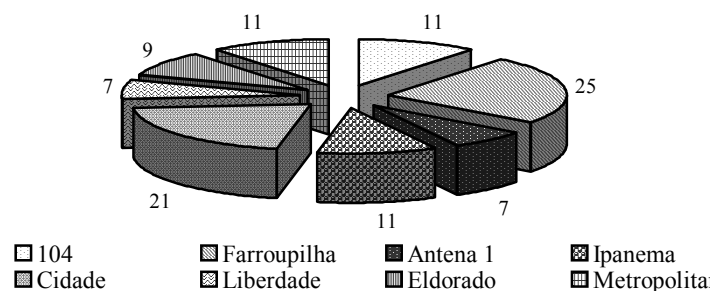
⁵ Foram realizadas 60 entrevistas com os moradores do bairro, estes foram convidados aleatoriamente.

contra esta agressão e em protesto foi feito o lançamento nacional do filme: "uma onda no ar", que trata de uma rádio favela em Minas Gerais. Aproveitando a oportunidade, 500 pessoas se reuniram em assembléia e decidiram deslacrar o transmissor. Aqui novamente configura-se uma relação de poder: de um lado, uma parte da comunidade querendo expressar-se através de um veículo desvinculado das grandes corporações, e de outro uma parcela da sociedade que percebe neles um mal a ser aniquilado.

Não obstante a rádio seguiu convocando a comunidade para atos de repúdio ao sistema, de forma a permitir que ela se configure como um veículo de expressão. Em agosto de 2004, a rádio atuou ativamente na mobilização dos moradores para reivindicar melhorias no sistema de saúde do bairro. Em contrapartida, no mesmo mês teve seus equipamentos apreendidos pela Polícia Federal. Contudo, a população não deixa de participar das oficinas de rádio comunitária, organizadas e produzidas pelos moradores, assim como o eventual reaparecimento do rádio poste. O Comitê de Resistência Popular vem promovendo discussões quanto à função da radiodifusão comunitária, assim como tem realizado transmissões esporádicas.

O fechamento da rádio tende a incentivar o maior uso das rádios comerciais. Dos entrevistados, 95% são ouvintes de alguma rádio. Contrapondo com os 55% dos moradores que afirmam que escutavam a rádio da Restinga. As mais escutadas são a Rádio Farroupilha com 25%, a Cidade com 21% e a 104 e a Metropolitana, ambas com 11% (gráfico 6) Nas rádios comerciais são utilizadas táticas de aproximação com o cotidiano e a exaltação da violência. As programações das rádios comerciais distanciam o ouvinte de sua realidade.

GRÁFICO 6
Participação das rádios regulamentadas na audiência local (%) (2005)



FONTE: levantamento de campo.

Estas dinâmicas ocorrem porque há um deslocamento nas estratégias de manipulação das massas, que vêm incorporando e transformando os referenciais simbólicos. A partir desta lógica, tem-se a homogeneização das pessoas. Seu poder não está apenas em sua capacidade publicitária, mas sim em seu potencial de manipulação ideológica.

5. Considerações Finais

O período histórico em que vivemos é caracterizado pelos constantes conflitos por poder, sendo um de seus mais valiosos trunfos o domínio da informação e a manutenção da população em um estado de inércia. O poder de difundir valores e significados, assim como de manejar o sistema de referências é o poder de manipular os indivíduos, tornando-os meros consumidores ou, no caso da mídia, espectadores passivos.. Os meios de comunicação culminam em transformar-se nos agentes das transformações espaciais. É onde são elaborados, negociados e difundidos os discursos, valores e identidades.

Esta dinâmica mantém fortes vínculos com o processo de globalização e, conseqüentemente a tentativa de homogeneização das diferenças entre os espaços e os indivíduos. No entanto, este processo corresponde somente aos aspectos ideológicos e culturais, pois não há o intuito de homogeneizar as discrepâncias socioeconômicas. Tem-se então a perpetuação da estratificação social, como um fenômeno vertical, perpetuando terminologias como topo ou elite, e a homogeneização cultural como um fenômeno horizontal, uma tentativa de homogeneização dos símbolos e referências.

A intensidade de seu potencial de homogeneização é decorrente do poder de manobra ideológica impulsionada pelo amplo domínio sobre os veículos de informação (rádio, televisão, imprensa escrita). No entanto, paralelamente a isso, há processos de resistência. Há a apropriação, por grupos minoritários, de parte do arsenal tecnológico usado pelo poder hegemônico. A técnica e a informação são, então, utilizadas na configuração de redes que objetivam difundir valores e informações voltados para as questões sociais. Há a formação de uma “mídia alternativa” – radiodifusão e televisão comunitária, movimentos contestatórios em rede, imprensa alternativa, entre outros.

No entanto, apesar da aparente fluidez decorrente da inserção destes movimentos na configuração em rede – internet - há sua intrínseca vinculação ao território, como os movimentos existentes no Bairro Restinga que, em sua complexidade, apresentam-se como um produto e um contraponto às articulações do capital. O bairro compõe um complexo mosaico de representações e valorações às quais o morador se remete como forma de identificação. A identificação do morador com o bairro corresponde à base sobre a qual se tem a possibilidade de surgimento dos movimentos com cunho social.

A partir deste contexto percebe-se a relevância de veículos de comunicação comunitária na retomada de um espaço público plural. Constitui o percurso pelo qual o morador entra em contato com as questões do bairro (problemas, eventos, cultura, entre outros), reforçando seus vínculos com o mesmo. Compõe um contraponto à informação manipulada pela mídia dominante que se apresenta como ideologia, ditando o viver social e construindo os símbolos do consumo.

A forte relação do morador com o bairro e a necessidade de um veículo de comunicação interna conduz alguns segmentos sociais a buscar, novamente, a “reforma agrária do ar”. Neste sentido, vem sendo realizada a *rádio poste*, cujas limitações estão associadas ao receio dos moradores quanto à apreensão dos equipamentos e à escassez em recursos para aquisição de novos, caso haja novamente a apreensão. Portanto, as transmissões culminam em realizações esporádicas. Esta não continuidade configura-se como mais um fator de enfraquecimento do movimento de radiodifusão.

Seu fechamento proporciona espaço para a inserção de outros veículos, como a tentativa de compor uma rádio comunitária de cunho religioso, ou até mesmo a intensificação do uso de rádios comerciais, contribuindo na apreensão de valores e outros sistemas de significados estranhos ao cotidiano do morador.

A radiodifusão comunitária, inserida em um contexto como o do Bairro Restinga, constitui-se em um projeto social. Corresponde a transformações geridas e pensadas pela própria comunidade. Certamente não há uma homogeneização quanto à consciência do morador, contudo este é o caminho para que os processos tenham como agentes, os próprios moradores. Resta saber, neste campo de conflitos, quem saíra vitorioso.

6. Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. 352 p.
- BARROS, Antônio Teixeira de. Esfera pública, mídia e cidadania. **Véritas**, v. 40, n. 157, 1995. p. 87-111.
- CARDOSO, Alcinda Maria de Lara. As rádios Comunitárias e a Cidadania – democratizando a palavra para democratizar a sociedade. **Vozes & Diálogo**, v. 5, n. 5, 1998. p. 07-13.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e terra, 1999. 530p.
- COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998. p.226.
- CORTES, Verônica P. Alvarenga. A imprensa e a problemática construção de um mundo comum no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo**. Disponível em : <<http://www.estudosdejornalismo.ufsc.br/artigo4.htm>> acesso em 12 de jun. 2005.
- GAMALHO, Nola Patrícia. **Movimento social, identidade e espaço público na periferia urbana: a radiodifusão comunitária no Bairro Restinga – Porto Alegre**. 2005. 91p. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 91 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.93.
- HASBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In ROSENDAHL, Zeny; Corrêa, Roberto L. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.
- _____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186 p.
- _____. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- HEIDRICH, Álvaro. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In : RIBAS, Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Francisco B. (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Unioeste, 2004. p. 37- 66.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: resultados do universo. Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 10 de abril 2005.

Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências”. Lei da Radiodifusão comunitária. **Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**, v. 1, n. 1, 1998. p.178-182.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres, a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 181.

NUNES, Marion Kruse Nunes. **Memória dos Bairros: Restinga**. Porto Alegre, 1990. p. 21.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1998. 142p.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 177p.